

ENTREVISTA A DANTE LUCCHESI

Xoán Carlos Lagares

O professor Dante Lucchesi é um reconhecido pesquisador nas áreas da sociolinguística e da linguística histórica brasileiras. Na história linguística do Brasil é relevante a sua contribuição para a explicação da constituição do português brasileiro como resultado do contato, através de um processo de transmissão linguística irregular, entre as línguas africanas e indígenas, faladas pelos escravos que constituíram no período colonial expressiva parte dos habitantes do país e pelas populações nativas, e o português trazido da Europa. De fato, uma característica da atividade investigadora do professor Dante Lucchesi é a combinação da pesquisa empírica, que nos últimos anos se materializou no Projeto Vertentes, coordenado por ele, na Universidade Federal da Bahia, sobre as falas quilombolas daquele estado, e a reflexão teórica para explicar processos históricos amplos e complexos.

Um trabalho de reflexão teórica importante foi o que desenvolveu na sua dissertação de mestrado, depois publicada em livro em Portugal e reeditada no Brasil, com o título *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da língua* (Parábola, 2004), em que aborda as diferentes maneiras como a linguística moderna enfrentou o desafio de introduzir a noção de mudança linguística na sua visão sistêmica de língua, situando a sociolinguística variacionista como o empreendimento epistemológico mais adequado para lográ-lo. Recentemente, Lucchesi publicou seu livro *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil* (Contexto, 2015), um ensaio sobre a história sociolinguística brasileira, em que desenvolve a noção de “norma sociolinguística” e explica o processo de formação do português brasileiro, com abundantes dados históricos e sociológicos. De acordo com sua proposta, deu-se uma situação de polarização entre uma norma popular e uma norma culta, seguida de um processo quase geral, embora incompleto, de nivelamento sociolinguístico, fundamentalmente nas últimas décadas.

Boa parte das principais pesquisas descritivas das falas quilombolas, remanescentes daquele processo histórico de transmissão linguística irregular, está recolhida no livro *O português afro-brasileiro*, organizado em colaboração com Alan Baxter e Ilza Ribeiro e editado pela Universidade Federal da Bahia (disponível *online* no repositório de publicações da universidade: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/209/1/O%20Portugues%20Afro-Brasileiro.pdf>).

Pelo seu livro sobre a polarização sociolinguística do Brasil, o professor Dante Lucchesi foi um dos premiados com o Jabuti de 2016. Nesta entrevista indagamos sobre o valor que esse reconhecimento tem para os estudos linguísticos brasileiros, sobre as suas propostas teóricas para abordar a relação entre língua e sociedade e também sobre a análise da realidade sociolinguística brasileira como produto de uma profunda clivagem socioeconômica.

O seu livro mais recente, *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil* (<http://editoracontexto.com.br/autores/dante-lucchesi/lingua-e-sociedade-partidas.html>), foi indicado ao prêmio Jabuti na edição deste ano e ficou em segundo lugar na categoria Teoria/Crítica Literária, Dicionários e Gramáticas. Um outro livro de linguística, *A argumentação*, de José Luiz Fiorin, ganhou o terceiro prêmio nessa mesma categoria (<http://premiojabuti.com.br/vencedores-2016/teoriacritica-literaria-dicionarios-e-gramaticas-3/>). A premiação de pesquisas linguísticas constitui uma novidade nesse tipo de certame. Do seu ponto de vista, a linguística tem instrumentos e oferece elementos de reflexão para participar nos debates sociais relevantes? Como valora esse reconhecimento, especificamente, neste momento histórico de grave crise político-institucional e de radicalização ideológica?

Como você disse, foi a primeira vez que livros de Linguística foram premiados no Jabuti. Não há sequer uma categoria específica para estudos científicos da linguagem, entre as 27 categorias do prêmio. Isso é sintomático. Revela o isolamento em que a Linguística ainda se encontra. A Linguística é talvez, das ciências humanas, aquela que menos dialoga com a sociedade, apesar de ter uma grande influência sobre as outras ciências, desde o Es-

truturalismo. Eu trato especificamente disso na introdução do meu livro, que foi escrita, inclusive, com objetivo de atingir um público mais amplo, de estudantes ou profissionais de História, Antropologia, Sociologia etc. Aliás, tenho dedicado parte do meu trabalho de pesquisador à divulgação científica, com intuito de contribuir para mitigar esse isolamento da Linguística. Uma ciência não constrói apenas o conhecimento sistemático sobre uma parte do real, ela precisa participar também da construção da forma como a sociedade, ou o senso comum, vê essa parte do real. Infelizmente, a visão hegemônica da língua na sociedade é moldada pela tradição normativista. Todas as disciplinas escolares têm como referência a produção científica naquela área do conhecimento, mas isso não ocorre com a disciplina Língua Portuguesa, que é dominada pela noção de correção gramatical, que é a base para uma visão dogmática e discricionária de língua. A classificação meramente convencional do que é certo e errado na língua serve para classificar os indivíduos como competentes ou incapazes, e é assim que se plasma o *preconceito linguístico*. Fazer com que o conhecimento científico da língua saia dos muros da universidade é crucial para o fortalecimento de um ensino de língua materna mais realista, pluralista e inclusivo. Mas os desafios nessa área são enormes, como ficou bem claro no episódio do livro de Português do MEC, ocorrido em 2011. Como sói acontecer, os grandes oligopólios da mídia distorceram os fatos e manipularam a informação, usando o episódio para fomentar o preconceito linguístico, nos jornais, revistas (impressos e *online*) e muitos programas televisivos que se fizeram sobre o tema. Foi sintomático que nesses programas, entre os “especialistas” convidados a discutir a questão, raramente se encontrava um linguista. De uma certa maneira, o livro que agora recebeu o Jabuti nasceu da minha atuação nesse episódio. Na altura escrevi um texto que circulou muito na internet e teve uma grande repercussão. Foi inclusive citado na decisão do procurador do Ministério Público Federal que arquivou um inquérito cível público contra o MEC por ter distribuído o livro *Por uma vida melhor*, que foi o objeto da violenta polêmica. Esse texto também foi publicado em diferentes versões, em revistas do exterior e do Brasil, como a revista *Letras*, da UFPR (<http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/24713>). Com base na teoria sociolinguística, comecei a formalizar uma análise da divisão da língua no Brasil, como reflexo do

apartheid social que caracteriza a sociedade brasileira. Nesse contexto, o preconceito linguístico funciona como um poderoso mecanismo de legitimação ideológica de um sistema baseado na superexploração do trabalho e na marginalização social. E isso só tende a se agravar, com o violento retrocesso social que se tem implementado, a partir do golpe parlamentar do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O seu livro propõe uma leitura abrangente de processos sociolinguísticos complexos, analisando a constituição do português popular brasileiro e tanto os condicionamentos socioeconômicos como os fundamentos ideológicos que dão lugar à polarização sociolinguística. Nesse sentido, a sua abordagem ultrapassa uma visão da relação entre língua e sociedade baseada na análise de correlações entre variáveis independentes. Em que medida explicar a constituição da nossa realidade linguística é explicar também a formação da sociedade brasileira, e vice-versa?

Apesar de me basear no Paradigma Variacionista, cujo texto programático é o célebre ensaio *Empirical foundations for a theory of language change*, de Uriel Weinreich, William Labov & Marvin Herzog, de 1968 (com tradução publicada pela Parábola, em 2006), o primeiro capítulo do meu livro apresenta um balanço crítico desse programa de pesquisa, que tem no clássico *Sociolinguistic patterns*, de William Labov (com tradução publicada pela Parábola, em 2008), um dos seus livros capitais. Uma das principais críticas que faço a esse modelo é à tendência ao mecanicismo que as pesquisas sociolinguísticas têm assumido, já que elas se limitam a estabelecer correlações entre as variantes linguísticas e as variantes sociais, como idade, sexo, classe social/escolaridade, tomadas isoladamente, sem fazer uma análise globalizante do contexto social em que o processo de variação/mudança se desenrola. Procuo lançar as bases do que denomino *Linguística sócio-histórica*. “Nessa nova perspectiva, as diferenças nos padrões coletivos de comportamento linguístico devem ser interpretadas à luz da compreensão de processos sociais mais amplos, tais como a construção da hegemonia ideológica, as relações de classe, as representações de gênero, a inserção social dos grupos étnicos etc, estabelecendo uma

interface entre a Linguística e demais ciências sociais, particularmente a Historiografia.” A concepção que apresento põe em questão “a visão laboviana de comunidade de fala unificada em torno da representação ideológica da língua, que, a rigor, se baseia em uma determinada concepção de sociedade, hierarquizada e unificada em torno de um consenso que reflete a hegemonia das classes dominantes; concepção esta que é incapaz de apreender os conflitos que caracterizam uma sociedade de classes” e se aproxima das concepções dos sociolinguistas James e Lesley Milroy, nas pesquisas que desenvolveram na cidade de Belfast, na Irlanda do Norte. A diferença entre o modelo desses sociolinguistas e o modelo laboviano clássico reside “na diferença entre um modelo de comunidade de fala baseado no consenso [como é o caso do modelo Laboviano] e um modelo de comunidade de fala baseado no conflito”, que é base das pesquisas de Milroy & Milroy. Assim, encarei o desafio de formalizar um modelo de análise sociolinguística que fosse capaz de apreender os conflitos de classe, em suas dimensões objetivas e subjetivas. Nessa perspectiva, para compreender a formação do chamado *português brasileiro*, é preciso integrar esse processo na própria formação histórica da sociedade brasileira.

Para além da tradicional distinção entre *norma objetiva* e *norma prescritiva*, você propõe o conceito de *norma sociolinguística*, que se refere não apenas às práticas, mas também às avaliações que grupos sociais fazem da variação linguística, e que acabam delimitando as comunidades de fala. Como esse conceito lhe permite identificar a polarização sociolinguística do Brasil entre a norma popular e a norma culta?

A formulação do conceito de *norma sociolinguística* está no cerne do modelo de análise sociolinguística que proponho no meu livro. Se a gente observar bem, vai ver que as diferenças que separam a língua da elite letrada e a linguagem popular não são muito profundas, em termos objetivos. O grande fosso sociolinguístico é escavado pelo estigma que se abate sobre as formas mais típicas da linguagem popular, como a falta de concordância nominal e verbal, que esteve no centro da polêmica do Livro *Por uma vida melhor*, com a frase “nós pega os peixe”, repetida e execrada à exaustão.

Portanto, a diferença entre o que chamo *norma culta* e *norma popular* é tanto ideológica, quanto linguística; ou seja, ela se situa tanto na diferença entre os padrões coletivos de comportamento linguístico, quanto no que Weinreich, Labov & Herzog denominaram *problema da avaliação* (*evaluation problem*). Para equacionar teoricamente isso, reformulei o conceito estruturalista de *norma linguística*, com base nos princípios teóricos da Sociolinguística, criando o conceito de *norma sociolinguística*. Os estruturalistas opuseram à noção coercitiva de norma da tradição gramatical (*o que deve ser dito*) a noção de norma real (*o que é realmente dito*); enquanto aquela seria subjetiva e ideológica, esta seria objetiva e neutra. Mas, como observaram linguistas como Alain Rey, nenhum ato de fala é desinteressado e neutro. Além disso, a norma gramatical não é puramente subjetiva, porque ela não é uma criação *ex novo*. O gramático não inventa nada, a tradição gramatical opera uma sorte de seleção das formas disponíveis na tradição literária, elegendo as consideradas corretas e elegantes e condenando aquelas consideradas desvios e degenerações do idioma. Assim, a distinção estruturalista entre uma norma objetiva e uma norma subjetiva, embora seja metodologicamente interessante, não captura adequadamente a dinâmica da atividade linguística. Todo indivíduo, ao falar, opera, de forma mais ou menos consciente, uma seleção, com base nos valores socialmente atribuídos às variantes linguísticas, configurando, assim, a questão ou o *problema da avaliação*. Ocorre que esses valores são definidos no âmbito das disputas ideológicas que se travam entre os grupos sociais, particularmente no processo de construção da hegemonia ideológica da classe dominante, tão bem analisado pelo teórico marxista Antonio Gramsci. Assim, as formas que gozam de maior prestígio na comunidade de fala são geralmente as formas mais empregadas pelas classes mais altas, e as formas que são mais repudiadas (os *estereótipos linguísticos*, no jargão laboviano) são normalmente as formas mais típicas da linguagem popular. Por outro lado, um dos corolários do problema da avaliação é que a forma como os falantes julgam as variantes linguísticas é crucial no processo de implementação de uma mudança na língua. Assim, o conceito de norma sociolinguística procura capturar essa dialética entre uso, avaliação e mudança. O uso está na base da avaliação, a avaliação afeta a mudança, e a mudança, em última instância, determina a atualização

dos usos sociais da língua. As normas sociolinguísticas, então, devem ser definidas a partir de três parâmetros: a frequência de uso das variantes linguísticas; a avaliação subjetiva das variantes linguísticas; e as tendências de mudança em curso em cada segmento social. Com base nesse modelo, procedi, ao longo do meu livro, a uma estratificação da realidade sociolinguística do Brasil, usando dados demográficos e de escolarização, do IBGE e de outros institutos de pesquisa. Também constatei que a norma da elite letrada brasileira se opõe à norma das classes sociais mais baixas, em todos os três parâmetros. Dessa forma, a ideia de polarização sociolinguística do Brasil deixa de ser uma ideia intuitiva e alcança uma formalização analítica, que atende aos requisitos do conhecimento científico.

Como você explica na introdução do livro, uma das motivações da sua pesquisa é a denúncia do preconceito linguístico presente na sociedade. Nos seus estudos sobre o português afro-brasileiro são descritas características do português popular, produto de processos de transmissão linguística irregular, fortemente estigmatizadas. Seria o preconceito linguístico, no nosso caso, uma dimensão do racismo social?

Você tem toda razão. A atual divisão linguística do Brasil nada mais é do que o resultado de uma clivagem que se estabelece no momento em que os portugueses começam a colonizar efetivamente o Brasil, nas primeiras décadas do século XVI. Na verdade, como procuro demonstrar no meu livro, essa clivagem sociolinguística do Brasil tem até se atenuado, a partir de 1930, quando se inicia efetivamente o processo de industrialização e urbanização do país. Nos primeiros séculos da colonização, havia uma situação de diglossia profunda, pois só um terço da população, formada pelos colonizadores portugueses e seus filhos brasileiros, dominava completamente a língua portuguesa. Nos demais dois terços, compostos pelos índios aculturados e africanos escravizados, vamos encontrar, além das línguas gerais indígenas (de base tupi) e línguas francas africanas (como o quimundo e o iorubá), formas muito alteradas de português falado como segunda língua, bem como formas nativizadas de português, faladas pelos

descendentes desses índios e africanos. Essas variedades de português vão exibir mudanças significativas em relação à variedade europeia, em função do que denominamos transmissão linguística irregular, ou seja, a nativização de uma língua a partir de modelos defectivos de segunda língua. No caso brasileiro, os filhos dos escravos africanos, chamados *crioulos*, na maioria das vezes não tinham acesso às línguas nativas dos seus pais, por causa da repressão simbólica, cultural e linguística, típica do contexto de escravidão. Assim, essas crianças desenvolviam sua língua materna com base nas variedades defectivas de português faladas como segunda língua pela maioria dos adultos à sua volta. Foi um processo muito complexo, e está no centro da agenda da pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil hoje mensurar o quanto o contato do português com as línguas indígenas e africanas afetou a formação das atuais variedades de língua portuguesa faladas no Brasil. O Projeto Vertentes (<http://www.vertentes.ufba.br/>), que desenvolvemos por mais de vinte anos, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), produziu muitas descobertas empíricas relevantes para o enfrentamento dessa questão, em sua pesquisa de campo, que focalizou inicialmente comunidades rurais isoladas formadas por descendentes diretos de escravos africanos, algumas delas originárias de antigos quilombos. Com base nessas pesquisas, é possível afirmar com bastante segurança que as características mais típicas da linguagem popular, como a falta de concordância nominal e verbal, decorrem de um processo de simplificação morfológica que é típico das situações de transmissão linguística irregular, como as que aconteceram no tempo da Colônia e do Império. Podemos, então, dizer que, *grosso modo*, o português popular brasileiro é uma versão muito enfraquecida de língua crioula, como as que se falam atualmente no Caribe, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Assim, revelam-se as origens racistas do preconceito linguístico. Historicamente essas formas linguísticas foram estigmatizadas porque eram características da fala dos negros e mulatos, num contexto de racismo explícito do século XIX, quando a ciência proclamava “a inferioridade da raça negra”. Hoje o racismo é tipificado como crime no código penal, mas ele ainda continua impune na língua. Por isso, cunhei, em 2011, a expressão *racismo linguístico*, que recentemente foi adotada também pelo nosso colega Marcos Bagno, que faz um importante trabalho de divulgação científica. Costumo dizer que nen-

huma sociedade passa incólume por mais de trezentos anos de escravidão. O preconceito linguístico é apenas uma manifestação de um substrato que ainda persiste na mentalidade brasileira e que foi plasmado no universo escravocrata de nossa formação histórica. A ideologia que alimentou as manifestações de setores da elite e da classe média brasileiras contra os governos do PT, nos últimos anos, tinha conotações claramente racistas e escravocratas. Esses setores mais reacionários da sociedade brasileira viram nos programas de distribuição de renda e nas políticas compensatórias, como as cotas no acesso às universidades públicas, uma ameaça ao seu mundo, fundado na superexploração do trabalho e na exclusão social. Isso explica o ódio visceral que essa gente nutre por lideranças políticas, como os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff. A corrupção não passava de um pretexto hipócrita para esconder suas reais motivações. Isso fica claro agora, quando as panelas silenciam diante dos inúmeros escândalos de corrupção que pululam no governo golpista de Michel Temer.

Além da polarização sociolinguística, a polêmica normativa no Brasil se fundamenta numa oposição entre a tradição lusitanizante e as propostas de legitimação da norma culta brasileira. Qual você pensa que seria a forma politicamente mais adequada de enfrentar essa polêmica?

Entre as tendências de mudança que identifico no panorama sociolinguístico do Brasil na atualidade está a tendência da elite letrada a se afastar do padrão normativo lusitanizado, que infelizmente ainda vigora nas nossas gramáticas tradicionais. Na segunda metade do século XIX, apesar de todas as manifestações nacionalistas que ocorreram no bojo da formação do Estado brasileiro, os puristas acabaram impondo um modelo de correção gramatical baseado nos usos vigentes em Portugal. Isso fica claro quando Joaquim Nabuco, na sessão de instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897, defende a vassalagem linguística do Brasil em relação à Portugal. Apesar da oposição de vozes importantes, como a do grande romancista José de Alencar, essa posição purista e lusitanizante prevaleceu, com grande prejuízo, em termos culturais e pedagógicos. Por um lado, a adoção de uma norma gramatical estranha à nossa realidade produziu um

sentimento generalizado de insegurança linguística entre os brasileiros, que desgraçadamente acham que não sabem falar a própria língua. Claro que as consequências para o ensino da língua materna são igualmente nefastas. Mas, desde o grande Movimento Modernista o purismo gramatical vem sendo questionado, e a linguagem parnasiana do início do século XX foi cedendo lugar às formas de linguagem mais condizentes com a dinâmica da cultura urbana contemporânea. Isso criou uma contradição entre o que denomino *norma padrão*, aquela prescrita pelas gramáticas tradicionais, e o que entendo por *norma culta*, a forma como as pessoas consideradas cultas (escritores, professores, jornalistas, profissionais liberais etc) usam efetivamente a língua. Tal contradição é uma das que estruturam a realidade social da língua atualmente no Brasil. Um aspecto bem crítico dessa contradição é a colocação pronominal. Enquanto grandes jornais, como a Folha de São Paulo, já aboliram a mesóclise em suas redações, as gramáticas tradicionais continuam a prescrever essa colocação junto às formas do futuro. O ressurgimento dessa forma anacrônica na boca da criatura que ocupa indevidamente a presidência da República atualmente só pode ser visto como um augúrio dos tempos sombrios e adversos que toldam o horizonte do país. Mas, embora seja contra a condenação de qualquer forma linguística, por mais anacrônica e pedante que seja, porque a riqueza do idioma está exatamente em sua pluralidade, defendo que os linguistas deveriam puxar um grande debate sobre a atualização da norma padrão brasileira. No interior desse debate, se colocaria em questão, inclusive, o próprio caráter da norma padrão. A normatização linguística clássica é parte integrante da formação dos modernos Estados nacionais, em um contexto que primava pela ideologia da igualdade e da homogeneidade. Já a sociedade contemporânea e pós-moderna é marcada pelo reconhecimento da diferença e da pluralidade. É hora, portanto, de pensar a norma de referência linguística em função dessa nova realidade, ou seja, não uma norma padrão unitária e monolítica, mas uma norma que aceita formas diferentes de dizer a mesma coisa, em função do contexto em que se fala ou se escreve e do estilo que se queira adotar, mais erudito ou mais acessível, por exemplo. Essa discussão sobre a normatização linguística seria um espaço privilegiado para romper com o isolamento da Linguística na sociedade. É essa a posição que formulo na conclusão do meu livro.

Você explica que o processo de industrialização e de urbanização desde a década de 1930 foi mudando a realidade linguística do país, ao iniciar um processo de nivelamento sociolinguístico. Mudanças sociais dos últimos anos, provocadas por políticas de distribuição de renda, de valorização do salário mínimo e aumento do poder de compra da classe trabalhadora ou por políticas de inclusão no ensino superior, teriam, também, consequências linguísticas? Nesse caso, o que suporia em termos sociolinguísticos uma regressão nessas políticas?

Como destacou nosso colega Carlos Alberto Faraco, em seu belo livro *História sociopolítica da Língua Portuguesa* (Parábola, 2016), ocorreu, ao longo do século XX, no Brasil, um dos maiores êxodos rurais da história da humanidade. Em 1900, mais de 80% da população do Brasil vivia no campo. Em 2000, já era o contrário, mais de 80% da população brasileira era urbana. A urbanização, decorrente do processo de industrialização, tem fortes implicações no plano sociolinguístico, como se pode ver na história recente das sociedades mais industrializadas do mundo, na Europa ocidental e na América do Norte. Na sociedade rural pré-capitalista, destacava-se um mosaico dialetal de natureza diatópica, que na Europa remontava à Alta Idade Média. Com a industrialização, as massas de camponeses se deslocam para as cidades em função da demanda de mão de obra das fábricas. Com isso, o que era variação diatópica se transforma em variação diastrática. Ao lado disso, ocorre um processo de nivelamento linguístico, porque, ao entrar no universo urbano, os indivíduos passam a sofrer a influência da norma linguística de prestígio das elites citadinas. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico da indústria cria a demanda por uma mão de obra mais qualificada, donde a necessidade de escolarização da população trabalhadora. Foi assim que a Europa universalizou os onze anos de escolaridade, em meados do século XX. A escolarização, os meios de comunicação de massa e o deslocamento populacional promovem um nivelamento linguístico, no qual a chamada norma urbana culta percola para as classes sociais mais baixas e se difunde para todo o país. Com a industrialização e urbanização do Brasil, ocorridas a partir de 1930, esperava-se que um processo semelhante ocorresse aqui. Porém, as características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo

no Brasil, como procuro explicar no meu livro, fizeram com que esse processo de nivelamento linguístico, com a difusão da norma culta urbana, se desse apenas de forma restrita e muito precária, conservando até os dias atuais o quadro de polarização sociolinguística. Isso ocorre porque as massas oriundas do campo não se integraram plenamente no mercado de trabalho e no mercado consumidor; boa parte delas ficou numa situação de marginalização na periferia das grandes cidades, sem acesso aos bens culturais e nem mesmo à escolarização. Portanto, como as pesquisas sociolinguísticas feitas nas últimas décadas têm revelado, a assimilação da norma culta por parte das classes populares depende da real democratização da sociedade brasileira, com a efetiva integração dos segmentos sociais marginalizados ao mercado de trabalho e de consumo, e do seu acesso aos bens culturais e, sobretudo, à escolarização de qualidade. Quando você tira quarenta milhões de brasileiros da pobreza, como ocorreu no período recente de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), você avança nessa direção. Por outro lado, quando milhares de jovens que ingressam na universidade, como aconteceu também nesse período, são os primeiros de sua família a atingir esse patamar, ou seja, são oriundos de universo da norma popular, isso terá um impacto sobre a chamada norma culta, que é tradicionalmente definida como a forma de usar a língua de pessoas com nível superior completo de escolaridade. Os efeitos linguísticos das profundas mudanças sociais promovidas pelos recentes governos do PT ainda estão à espera de pesquisas sociolinguísticas empíricas que possam descrevê-los e mensurá-los. Infelizmente, esses feitos podem se desfazer antes de serem analisados, em função do violento retrocesso social que se está impondo ao país após o golpe parlamentar que derrubou o governo legitimamente eleito de Dilma Rousseff. Como a relação entre língua e sociedade é um fato comprovado por mais de cinquenta anos de pesquisa sociolinguística, os avanços e retrocessos sociais vão inexoravelmente se refletir na estrutura da língua.

Recebido em: 05/12/2016
Aprovado em: 09/12/2016